



FRENTE PARLAMENTAR MISTA DA  
**TRANSIÇÃO CLIMÁTICA JUSTA**

**Dezembro de 2023**

*Socorro Neri*  
DEPUTADA FEDERAL

# PREFÁCIO

Prezados cidadãos e colegas parlamentares;

É com grande satisfação que apresento o relatório das ações desenvolvidas ao longo do ano de 2023 pela Frente Parlamentar Mista da Transição Climática Justa, da qual tenho a honra de presidir juntamente com o senador Nelsinho Trad.

Como deputada federal representando o estado amazônico do Acre, senti a necessidade de articular a criação desta Frente com o objetivo de propormos medidas efetivas para mitigar os impactos das mudanças climáticas e garantir uma transição justa para uma economia sustentável.

Com efeito, é imperativo que os desafios climáticos sejam enfrentados com a mesma determinação dedicada à redução da pobreza. A transição para uma economia de baixo carbono deve ser inclusiva, equitativa e promotora de oportunidades de desenvolvimento para todos, incluindo no coração das decisões e da repartição de benefícios os mais afetados pelas mudanças climáticas.

Neste primeiro ano de funcionamento, realizamos debates, audiências públicas e ações de conscientização, buscando engajar a sociedade civil, o setor empresarial, o Governo e outros atores relevantes na construção de uma agenda efetiva de Transição Climática Justa. Reconhecemos que há muito trabalho a ser feito, por isso, conto com o apoio e a participação de todos para que possamos avançar na construção de um futuro sustentável, justo e resiliente para todos.



*Socorro Neri é mestre e doutora em educação, deputada federal pelo Acre/Brasil e presidente da Frente Parlamentar Mista da Transição Climática Justa; e Vice-presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas*

**SOCORRO NERI**

Deputada Federal PP/AC

# ATUAÇÃO DA DEPUTADA SOCORRO NERI NAS ÁREAS AMBIENTAL E DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES

Na Câmara dos Deputados Socorro Neri atua nas seguintes:

## COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHOS

1. Vice-presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas;
2. Membro titular da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados;
3. Membro titular da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
4. Membro suplente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher;
5. 1ª Vice-presidente da Comissão de Educação

## FRENTES PARLAMENTARES

1. Presidente da Frente Parlamentar Mista da Transição Climática Justa;
2. Vice-presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Amazônia, presidida pela Deputada Professora Goreth (PDT/AP);
3. Coordenadora do Comitê de Mudanças Climáticas e Resíduos Sólidos, da Frente Parlamentar Mista em Apoio à Regularização Fundiária, Desenvolvimento Habitacional e Desenvolvimento Urbano Sustentável - FPDUS, presidida pelo Deputado Marangoni (UNIÃO/SP);
4. Coordenadora do Comitê de Mudanças Climáticas e Resíduos Sólidos, da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Saneamento Básico, presidida pelo Deputado Marangoni (UNIÃO/SP);
5. Coordenadora do Comitê de Mudanças Climáticas e Resíduos Sólidos, da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Gerenciamento e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, presidida pelo Deputado Marangoni (UNIÃO/SP);
6. Coordenadora do tema Desenvolvimento Sustentável da Frente Parlamentar Mista pela Mulher Empreendedora, presidida pela Deputada Any Ortiz (CIDADANIA/RS);
7. Coordenadora do Acre na Frente Parlamentar dos Estados do Norte, presidida pelo Deputado Duda Ramos (MDB/RR).

## OUTRAS COORDENAÇÕES E PARTICIPAÇÕES

1. Vice-presidente no Brasil do Parlamento Amazônico (PARLAMAZ);
2. Membro do Grupo Parlamentar Multipartidário sobre Sustentabilidade do Instituto de Conservação Caucus Brasil (ICCF, na sigla em inglês).

# REALIZAÇÕES DE 2023





# Transição Climática Justa

A **transição climática justa** é um processo de transição para uma economia sustentável e de baixo carbono, levando em conta princípios de justiça social e econômica. Envolve garantir que ninguém seja deixado para trás, distribuindo os benefícios e ônus de forma equitativa. Isso inclui criação de empregos sustentáveis, proteção social, participação das comunidades afetadas e apoio aos países em desenvolvimento. O objetivo é **combater as mudanças climáticas de forma justa, promovendo igualdade e sustentabilidade.**

## POR QUE UMA FRENTE PARLAMENTAR?

Porque é preciso incidir nos regramentos nacionais para enfrentar o maior desafio da sociedade global: evitar e aprender a lidar com as consequências das mudanças climáticas, considerando as necessidades de todos, especialmente de comunidades locais, povos indígenas, jovens e outros grupos vulneráveis.

## LANÇAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR

A Frente Parlamentar Mista da Transição Climática Justa foi lançada em abril de 2023 e é composta por 218 deputados federais e senadores.



## ESTRUTURA EM GRUPOS TEMÁTICOS

- Presidente – Dep. Socorro Neri
- Vice-presidente – Sen. Nelsinho Tradd
- Povos e populações mais vulneráveis às emergências climáticas – Dep. Duda Salabert
- Educação para a cidadania climática - Dep Profa. Goreth
- Gênero e clima – Dep. Célia Xacriabá
- Transição para o desenvolvimento econômico de baixas emissões – Dep. Marangoni
- Transição energética – Dep. Pedro Campos
- Resiliência urbana aos desastres ambientais – Dep. Júlio Lopes
- Gestão integrada de resíduos sólidos – Sen. Alan Rick
- Mercado de carbono - Dep. Amom Mendel

## NOSSA ATUAÇÃO

A Frente Parlamentar Mista da Transição Climática Justa promoveu, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, quatro audiências públicas visando alcançar seus objetivos estratégicos.

Estas audiências, presididas pela Deputada Socorro Neri, destacaram questões cruciais relacionadas ao Mercado de Carbono (regulado e voluntário); educação climática; mudanças climáticas com ênfase na soberania alimentar, racismo ambiental e injustiças climáticas e integraram a Virada Parlamentar Sustentável, plataforma voltada para construir pontes entre o parlamento e a sociedade, em torno de um objetivo comum: mudar o pensamento, o olhar e as ações de quem faz as leis socioambientais no Brasil.

A seguir apresentaremos os participantes, os principais pontos discutidos e as necessidades identificadas para seguir avançando na agenda ambiental, alinhada com os princípios da transição climática justa.



# AUDIÊNCIA PÚBLICA – CRÉDITO DE CARBONO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA

Realizada em Brasília/DF, 27/09/2023

## PARTICIPANTES

- Aloísio Lopes, Diretor do DPMA/MMA
- Carla Cristina Guaitanele, Coordenadora Geral do ICMBio
- Mauro O'de Almeida, Secretário de Meio Ambiente do Pará
- Alexandre Prado, representante do Observatório do Clima
- Tatiana Oliveira, representante do Grupo Carta de Belém
- Eugênio Pantoja, representante do IPAM
- Luiz Karajá, Coordenador-Tesoureiro da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
- Viviane Romeiro, Diretora do CBEDS

## CONTEXTO

As duas casas do Congresso Nacional debatem a regulamentação do mercado de créditos de carbono no país com uma série de projetos de lei em tramitação, como o PL 412/2022, aprovado em outubro de 2023 no Senado e que agora tramita na Câmara, e o PL 2148/2015 e seus apensados.

Considerando esse momento, a necessidade de se aprovar uma regulamentação que envolva todos os interessados e a sua importância para a agricultura, geração de alimentos e combate à fome, e desenvolvimento sustentável das riquezas naturais, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Transição Climática Justa promoveu a realização desta audiência pública.

## PRINCIPAIS PONTOS DISCUTIDOS

- A necessidade de uma boa regulamentação para a atuação no mercado de carbono.
- A importância de se dar atenção às salvaguardas, à repartição de benefícios com as populações tradicionais e às metodologias para mensuração e verificação de resultados.



- No Brasil, o mercado de carbono ainda parte da lógica da emissão e não da captura do carbono. Nesse sentido, é necessário incluir a preservação das florestas no projeto de lei de mercado de carbono.
- A necessidade de adaptar o mercado de carbono à realidade da Amazônia, de forma conjunta e participativa. Incluindo os povos tradicionais e populações presentes nos Estados.
- Há estados da Amazônia Legal que se encontram habilitados de sistemas jurisdicionais. Entretanto, não há previsão de participação dos estados e sociedade civil no PL 412/2022. A necessária construção de um sistema jurisdicional nacional, portanto, deve considerar os avanços conquistados pelos estados ao longo dos últimos anos.
- O mercado de carbono não deve ser entendido como panaceia para o desmatamento, mas sim como um complemento do Plano Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC).
- A necessidade de criar mais alternativas em relação ao arcabouço jurídico brasileiro sobre a crise climática no Brasil.

## NECESSIDADES IDENTIFICADAS

- Dar continuidade às audiências para seguir no aprofundamento do tema.
- Ampliar o nível de acesso das audiências para participação de representantes de outros estados.
- Trazer nas discussões, experiências por parte dos estados e comunidades que já estão sendo afetados pelo mercado de carbono e sistemas jurisdicionais existentes.
- Contribuir, dentro do Congresso Nacional, com a discussão sobre a regulamentação do mercado de carbono, pautada na garantia de direitos e salvaguardas.

# AUDIÊNCIA PÚBLICA – EDUCAÇÃO CLIMÁTICA

Realizada em Brasília/DF, 28/09/2023

## PARTICIPANTES

- Mauro Rabelo, representante do Conselho Nacional de Educação
- Taciana Stec, representante do Instituto Talanoa
- Mariana Breim, Diretora de Políticas Educacionais do Instituto Península
- Cayo Henrique, representante da Coalizão Brasileiro pela Educação Climática
- Paulo Moutinho, representante do IPAM
- Neusa Helena, Analista Ambiental do MEC

## CONTEXTO

A crise climática tornou urgente e crucial a inclusão da educação climática no currículo escolar. Contudo, a discussão desse tema em sala de aula não pode se dar de maneira pontual ou relacionada somente ao ensino das ciências: a sua abordagem deve ser transversal, permeando outras disciplinas e atividades escolares. É preciso, portanto, que sejam criados e aprimorados programas e projetos que abordem especificamente a educação climática.

A Audiência Pública, organizada pela FPM da Transição Climática Justa, no âmbito da Comissão de Educação e da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, se propôs a criar “um espaço de diálogo para a construção de políticas públicas que garantam a implementação de uma educação ambiental de qualidade, em todos os níveis educacionais”.

## PRINCIPAIS PONTOS DISCUTIDOS

- A necessidade de repensar o modelo de educação científica nas escolas tendo em vista que a educação climática precisa dialogar com outras áreas do conhecimento e não pode ser ensinada de forma pontual ou isolada. Além disso, os professores devem ser

- capacitados e possuir boas condições de trabalho para desempenharem uma função transformadora no ensino da educação climática. Sem isso, as políticas públicas destinadas a levar alfabetização ecológica e climática aos brasileiros serão ineficazes.
- A necessidade de ensinar sobre mudança climática em um contexto de emergência climática e de maneira crítica, sem causar um pânico exacerbado que prejudique as ações contra o problema e cause ansiedade climática. Assim, o processo educacional sobre mudanças climáticas precisa ser pautado pela esperança e não pela catástrofe.
- A necessidade de capacitar profissionais para a educação climática e proporcionar boas condições de trabalho.
- O processo de educação climática precisa estar atrelado à promoção e ao desenvolvimento da cidadania climática, para que as futuras gerações, incluindo crianças e jovens, possuam capacidade analítica sobre as decisões tomadas em relação ao tema. Nesse sentido, deve haver oportunidades para o exercício dessa cidadania nas tomadas de decisão.
- O processo educacional deve conter princípios como: informação de qualidade, conscientização, engajamento cívico com iniciativas concretas, visão global e integrada sobre a crise climática.

## NECESSIDADES IDENTIFICADAS

- Futura audiência pública para discutir como as instituições de ensino estão se adaptando para introduzir a temática no ensino dos jovens e crianças.
- Questionar sobre a existência de protocolos sobre eventos climáticos nas escolas.
- Futura audiência com a presença de jovens que realmente estão inseridos nesse ensino, especialmente mulheres, mulheres negras e indígenas que sofrem ainda mais com o clima em alteração.

# AUDIÊNCIA PÚBLICA – MUDANÇAS CLIMÁTICAS E CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS

Realizada em Brasília/DF, 19/10/2023

## PARTICIPANTES

- Ana Toni, Secretária Nacional de Mudança Climática do MMA
- Ana Placidino, Coordenadora-Geral de Governança Fundiária e Territorial de Quilombos e de Povos e Comunidades Tradicionais do MDA
- Samanta Pineda, Vice-presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável – IBRADES
- Ana Isabel Ramalho, Membro da Direção Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA e do Coletivo de Soberania Alimentar
- Marcos Woortmann, representante do IDS
- Patrícia Pinho, representante do IPAM

## CONTEXTO

As mudanças climáticas podem estar atreladas a diversas questões sociais como saúde, migração, segurança alimentar, moradia, racismo ambiental, entre outros. Grandes eventos climáticos podem potencializar as desigualdades, o que também afeta as políticas criadas para combater seus efeitos. Portanto, é extremamente importante discutir as ações governamentais e programas referentes ao tema, para que seja possível considerar de forma democrática os direitos de todos que sofrem com a problemática.

Nesse sentido, a FPM da Transição Climática Justa, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável promoveu esta audiência pública para discutir as mudanças climáticas e suas consequências no âmbito social.

## PRINCIPAIS PONTOS DISCUTIDOS

- A resiliência climática deve ser pautada em função dos agricultores familiares, da agroecologia, dos jovens e das comunidades tradicionais.

- É necessário implementar um planejamento de uso do território do Brasil.
- As populações atingidas pelas mudanças climáticas devem participar do processo de formulação das políticas públicas referentes ao tema. Devem ser vistas não apenas como público-alvo, mas como parte do processo.
- É necessário contestar nosso atual sistema de produção que dá continuidade a culturas de ciclos exportadores históricos que degradam o meio ambiente.
- É necessário olhar para especificidades, os únicos territórios preservados em áreas que sofrem com desmatamento são indígenas e quilombolas.
- É de extrema importância participar ativamente dos debates que discutem reforma agrária e distribuição de terra no Brasil. Para que também seja possível construir um novo modelo agrícola baseado na agricultura agroecológica, que funcione de maneira integrada, respeitando saberes populares e tradicionais.
- O racismo ambiental é uma das faces do racismo que compõem a estrutura do estado brasileiro. Nessa óptica, é necessário pensar as políticas públicas de forma transversal, de modo que o antiracismo também norteie a formulação destas políticas.
- É necessário fornecer capacitações e instrumentos técnicos aos gestores estaduais e municipais que são responsáveis pelo desenvolvimento regional.

## NECESSIDADES IDENTIFICADAS

- Maior presença de parlamentares e outros atores políticos das regiões da Amazônia para contribuir com o debate e representar as questões das regiões e suas populações que sofrem diretamente com as mudanças climáticas.
- Discutir políticas públicas de subsídios para populações tradicionais que não possuem acesso a direitos básicos.
- Abordar, nas discussões, o conjunto de origens que envolve as mudanças climáticas, não somente as consequências.
- Compreender e apresentar as agendas dos ministérios que agem de forma transversal em relação ao clima.
- Estar em concordância com os objetivos sustentáveis e com as temáticas na próxima COP28.

# AUDIÊNCIA PÚBLICA – MERCADO VOLUNTÁRIO DE CARBONO NO BRASIL

Realizada em Brasília/DF, 20/11/2023

## PARTICIPANTES

- Aloísio Lopes, Diretor do Departamento de Política de Mitigação, Adaptação e Instrumentos de Implementação do Ministério do Meio Ambiente do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA
- Rodrigo das Neves, Procurador-Chefe do Meio Ambiente da Procuradoria-Geral do Estado do Acre
- Marcello de Lima Lelis, Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Tocantins
- Marcelo Piedrafita, Especialista Sênior do Instituto Talanoa
- Janaína Dallan, Presidente da Aliança Brasil NBS
- André Guimarães, Diretor-Executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
- Bruno Brazil, representante da Verra no Brasil
- Nelson Rocha, Diretor-Presidente da Câmara de Comércio e Indústria do Estado do Rio Janeiro – Caerj
- Maureen Santos, representante do Grupo Carta de Belém
- Natalia Renteria, representante da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura
- Isabelle Rodrigues, representante da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade – RAPS

## CONTEXTO

A regulamentação do mercado voluntário de créditos de carbono tem atraído cada vez mais atores interessados em seu potencial de impactar significativamente a retomada das políticas de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável do Brasil.

No entanto, ainda se faz necessário definir alguns dos conceitos que orientam essa nova economia. Assim, é preciso que se considere as opiniões e visões de todos os interessados e impactados pelo mercado voluntário de carbono, para que se alcance todo o seu potencial ambiental, social e econômico por meio de uma regulamentação ampla e coletivamente construída.

A partir dessas premissas foi realizada audiência pública sobre o mercado voluntário de carbono no Brasil, organizada pela Frente Parlamentar da Transição Climática Justa, no âmbito do prop da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. A Audiência se propôs a promover “um debate amplo e esclarecedor sobre a regulamentação do mercado de carbono, garantindo que as decisões tomadas sejam alinhadas com os interesses do meio ambiente, da economia e da sociedade brasileira como um todo”.

## PRINCIPAIS PONTOS DISCUTIDOS

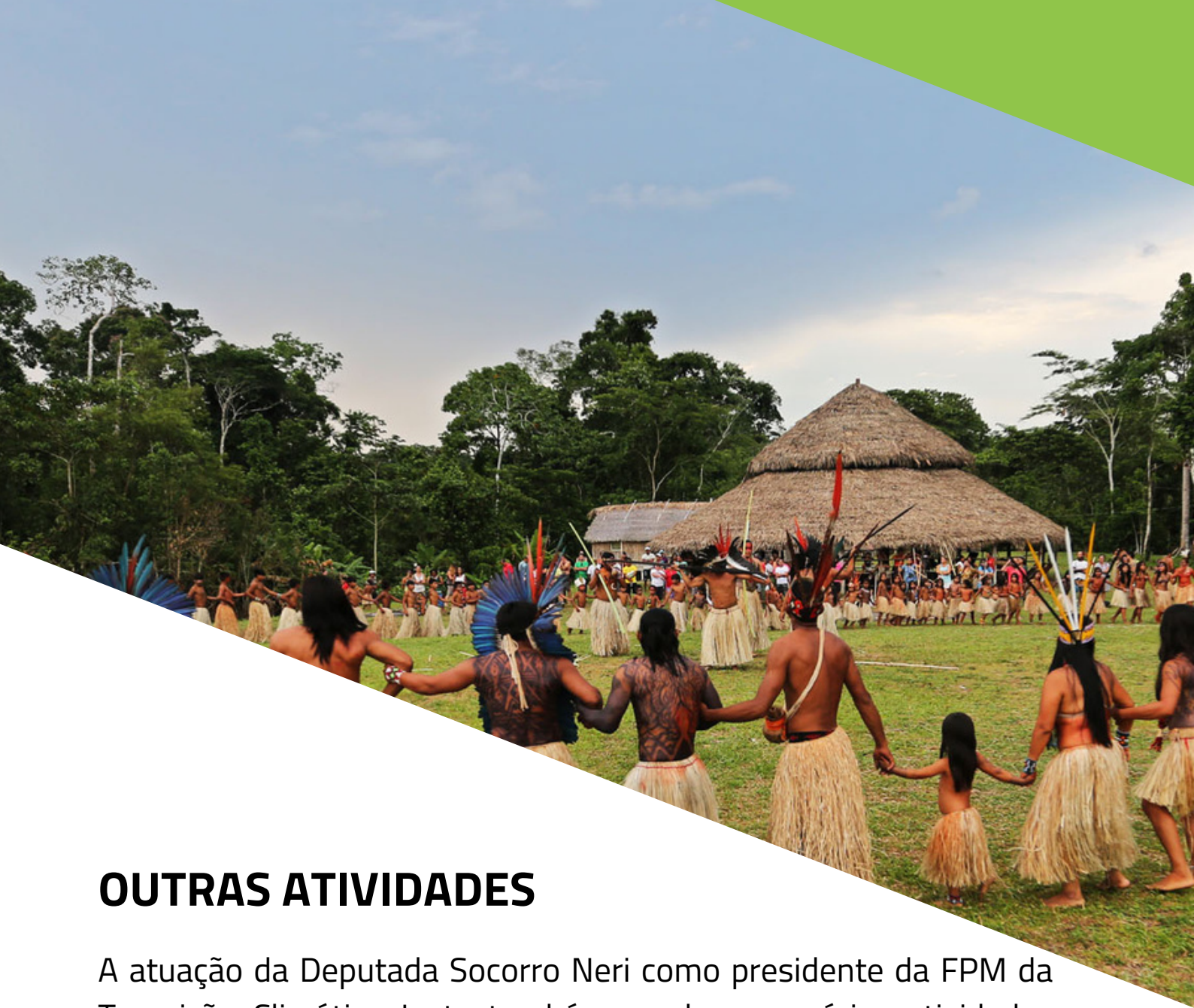
- A necessidade de definição das metodologias de mensuração dos créditos de carbono, para que considerem tanto aspectos sociais quanto ambientais e que demonstrem efetividade na redução do desmatamento, de forma que não haja ‘fuga’ da atividade desmatadora para outros locais. Além disso, deve haver um equilíbrio quanto ao que se quer regular, para que, por exemplo, créditos de carbono de mercado voluntário vendidos a outros países sejam transacionados no mercado regulado.
- A importância de que o projeto de lei, ora em discussão, ofereça segurança jurídica aos estados da Amazônia Legal para que haja continuidade de suas políticas ambientais e de combate ao desmatamento, para que funcionem como um hub entre o Governo Federal e entes privados, de modo que os projetos voluntários sejam aninhados com os projetos dos estados. Assim, a Amazônia não faria apenas parte da solução, como também receberia os benefícios desse mercado.
- A regularização dos territórios indígenas e dos estoques florestais dessas áreas é fundamental para que esses povos sejam vistos, de fato, como tomadores de decisão no âmbito local e como agentes eficazes para a proteção desses estoques. Dessa maneira, atenderia-se devidamente a previsão do projeto de lei de assegurar aos povos indígenas o direito à comercialização de créditos de carbono gerados a partir de projetos e de programas naqueles territórios.
- A consolidação do protagonismo do Brasil na economia dos créditos de carbono passa a redefinição de como o país se vê enquanto produtor: almeja-se apenas ser produtor primário de créditos de carbono ou há interesse em agregar valor a esses

- ativos? É preciso, assim, que haja uma preocupação quanto ao papel que o Brasil desempenharia nessa nova economia.
- O mercado de carbono deve ter um objetivo apenas: ajudar na mitigação das mudanças climáticas. É necessário se ter o combate às mudanças climáticas como princípio orientador dos projetos ligados aos mercados de carbono. É, portanto, um mercado transitório, com data para acabar, e que deve ser discutido e criado sob esse princípio, para que as expectativas e fluxos de capitais dos investidores sejam geridos de maneira transparente.
- A necessidade de se construir um mercado que considere também o desmatamento ilegal e criminoso no país, e que inclua o agronegócio.
- A necessidade de se incluir o REDD+ Jurisdicional no projeto de lei, de modo que se crie um mercado de carbono que se submeta à lógica territorial e ao que acontece nas regiões afetadas pelos seus projetos. Além disso, a cooperação entre os mercados deve ser vista como uma forma de garantir a sua transparência, eficiência e justiça.

## NECESSIDADES IDENTIFICADAS

- Debater a natureza jurídica dos créditos de carbono.
- Considerar o conceito de integridade socioambiental no debate, para que os ecossistemas sejam compensados da forma correta.
- Debater integridade contábil da criação de um sistema tributário para o mercado de carbono





## OUTRAS ATIVIDADES

A atuação da Deputada Socorro Neri como presidente da FPM da Transição Climática Justa também se deu em várias atividades nacionais e internacionais, refletindo o compromisso da Frente Parlamentar em estabelecer cooperações sólidas.

A Deputada Socorro Neri, coordenou diálogos e mesas em eventos relevantes como Sessões do Parlamento da Amazônia (PARLAMAZ), Parlamento este que a Deputada Socorro Neri, no Brasil, é Vice-Presidente; do Workshop REDD+ Jurisdicional no Acre e do Seminário de Reforma Tributária Saudável. A presença destacada na Cúpula da Amazônia e na premiação de liderança em Conservação do ICCF em Washington/DC também sublinha a importância das parcerias internacionais na busca por soluções sustentáveis e na defesa da transição climática justa.

As atividades listadas a seguir, desenvolvidas no âmbito da FPM da Transição Climática Justa, demonstram um firme engajamento no cenário nacional e internacional em prol da causa ambiental:

- **25 e 26/04** - Participou de Missão Oficial em Belém: 7ª Sessão Ordinária da Assembleia do PARLAMAZ e do Diálogo de Parlamentares da Região Amazônica sobre restauração florestal de base comunitária, com parlamentares da Bolívia, Peru, Equador e Colômbia.
- **29/05** – Apresentou no Workshop de Serviços de Ativos Ambientais do Acre REDD+ Jurisdicional, promovido pelo Governo do Estado, o painel “Convergência entre o Programa de REDD+ do Estado e a FPM da Transição Climática Justa, em Rio Branco/AC.
- **15/06** – Coordenou a Mesa Reforma Tributária Saudável do Seminário – Retomada Verde da Economia e Reforma Tributária 4S: Saudável, Sociobiodiversa, Solidária e Sustentável, da Virada Parlamentar Sustentável, em Brasília/DF.
- **21 e 22/06** - Participou de Missão Oficial em Paris: Missão Interparlamentar a Paris, França promovido pelo Grupo ICCF que reuniu líderes dos setores público e privado da América Latina, África, Europa e Ásia para aumentar a conscientização, promover o diálogo sobre questões relacionadas à conservação internacional.



- 
- **07 e 08/08** – Participou de Missão Oficial em Belém: Sessão Extraordinária da Assembleia do Parlamento Amazônico (PARLAMAZ), presidida pela Dep. Socorro Neri; participou da Visita Técnica sobre Bioeconomia no estado do Pará, promovida pelo Grupo ICCF.
  - **09/08** – Participou da Cúpula da Amazônia em Belém: durante a Reunião dos países signatários do TCA, como Chefe de Delegação de Organismo Internacional, representando o PARLAMAZ, o evento contou com a participação de ministros de estado da América Latina e do presidente do Brasil.
  - **23 a 26/10** – Participou da Missão Oficial em Washington/DC: premiação de liderança em Conservação do ICCF, em que foi premiado o Sr. Jeff Bezos da Amazon e Lauren Sánchez da Fundação Bezos Earth Fund; participou na qualidade de vice-presidente do PARLAMAZ com parlamentares de vários países, de discussões sobre os temas Bioeconomia e Terras Indígenas; evento promovido pelo Grupo ICCF.
  - **30/11 a 06/12** – Participou da Missão Oficial em Dubai: Conferência das Partes (COP28) nos Emirados Árabes Unidos, promoveu e moderou eventos em parceria com a sociedade civil, participou como convidada de vários outros painéis focados em conservação de florestas, governança climática, sustentabilidade, justiça climática feminina e o papel do legislativo no enfrentamento da crise climática.

# FRENTE PARLAMENTAR MISTA DA TRANSIÇÃO CLIMÁTICA JUSTA



## APOIO TÉCNICO



## PARCEIROS

